

PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: CONSTRUINDO UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA INTERFACE DE INTERAÇÃO DA PLATAFORMA SUCUPIRA

CÁSSIA EMÍDIO MACIEL

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação
em Tecnologias da Informação e Comunicação*
<https://orcid.org/0000-0002-6092-8308>
cassia.emidio.maciell@posgrad.ufsc.br

ANDRÉA CRISTINA TRIERWEILLER

*Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina
Professora do Programa de Pós-Graduação
em Tecnologias da Informação e Comunicação*
<https://orcid.org/0000-0002-9435-8083>
andrea.ct@ufsc.br

GABRIELLI CIASCA VELOSO

*Mestra, Programa de Pós-Graduação
em Tecnologias da Informação e Comunicação*
<https://orcid.org/0000-0003-3918-4532>
velosogabrielli@gmail.com

MAURÍCIO JOSÉ RIBEIRO ROTTA

*Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento Universidade Federal de Santa Catarina*
<https://orcid.org/0000-0001-5887-5879>
maurotta@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva realizar avaliação de usabilidade da Plataforma Sucupira sob a ótica de seus usuários. Apresenta-se, resumidamente, a história da Pós-Graduação no Brasil e da agência reguladora dos Programas *stricto sensu*. Foi escolhido o SUMI – *Software Usability Measurement Inventory*, com seus fatores de usabilidade: Gosto, (2) Eficiência, (3) Ajuda, (4) Controle e, (5) Aprendizagem, como base para elaboração das questões. Dentre os resultados, destacam-se, no geral: quanto à eficiência, a Plataforma não atende as expectativas dos seus usuários; quanto ao controle, parece que os usuários não percebem controlar a execução de suas tarefas, esta sensação pode ser amenizada com treinamentos e implementação de melhorias; os relatórios gerados são complexos para interpretação, muito extensos, exigindo a elaboração de controles paralelos, como planilhas de cálculo. O artigo alcançou o objetivo proposto, vislumbra-se oportunidades de estudos, que possam melhorar a qualidade das informações entre os Programas de Pós-Graduação e sua agência reguladora.

Palavras-chave: Educação. Pós-Graduação. Interface Humano Computador. Plataforma Sucupira.

POSTGRADUATION IN BRAZIL: BUILDING A PROPOSAL FOR EVALUATION OF THE SUCUPIRA PLATFORM INTERACTION INTERFACE

ABSTRACT

This article aims to evaluate the usability of the Sucupira Platform from the perspective of its users. It presents, briefly, the history of the Graduate in Brazil and of the regulating agency of the Programs *stricto sensu*. We chose the SUMI - Software Usability Measurement Inventory with its usability factors: (1) Affect, (2) Efficiency, (3) Helpfulness, (4) Control and, (5) Learnability, as a basis for elaboration of the questions. Among the results, the following stand out: in terms of efficiency, the Platform does not meet the expectations of its users. As for the control, it seems that the users do not perceive control the execution of their tasks, this sensation can be ameliorated with training and implementation of improvements; the generated reports are complex for interpretation, very extensive, requiring the elaboration of parallel controls, such as spreadsheets. We have reached the article aim and verify some study opportunities that can improve the quality of information between the Graduate Programs and its regulatory agency.

Keywords: Education. Postgraduate studies. Human Computer Interface. Sucupira Platform.

I INTRODUÇÃO

A Educação é um ponto essencial na vida do cidadão, sendo reconhecida como um direito básico, garantido pela Constituição Federativa Brasileira, em seus Artigos 205 e 206 (BRASIL, 1988):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais [...].

Contudo, a real efetividade desse direito fundamental, vê-se de forma desigual em todo o território brasileiro. São inúmeras dificuldades e disparidades, percebidas tanto no ensino básico, como no ensino superior e, conseqüentemente, na pós-graduação.

No contexto da pós-graduação no Brasil, as desigualdades regionais apresentam fatores determinantes, que influenciam diretamente na produção científica e tecnológica nacional e nas perspectivas do crescimento regional, pois quanto maior o número de cursos de pós-graduação, desde que implantados com qualidade, maior tende a ser a produção de conhecimento e seu efeito no desenvolvimento local. No entanto, na última década, assistiu-se a um processo de melhoria na distribuição geográfica, quanto ao número de cursos e vagas, neste estrato do ensino formal.

A expansão da pós-graduação ocorre não só pelo aumento da oferta de cursos, por estímulos governamentais por meio de bolsas de estudo e exigências de programas *stricto sensu*, mas, sobretudo, pelo aumento da demanda da sociedade por maior nível de formação. A obtenção de altos títulos acadêmicos se tornou uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho, e despertou o interesse do setor privado para as possibilidades de um mercado da educação, que culminou no crescimento de faculdades e universidades privadas (CIRANI; SILVA; CAMPANARIO, 2011).

Santos (2003 *apud* CIRANI; CAMPANARIO; SILVA, 2015, p. 780) aponta a dificuldade da pós-graduação, tendo em vista a dinâmica de crescimento da demanda por pessoal qualificado em todas as áreas de conhecimento, e acrescentam: “No entanto, alguns resultados vêm sendo alcançados e refletem o esforço das agências de fomento federais, cujas conquistas devem ser preservadas e aprimoradas [...]”.

A pós-graduação brasileira foi institucionalizada na década de 1960, com a aprovação do parecer n. 977, em 3/12/1965, pela Câmara de Ensino Superior (CES) do então Conselho Federal de Educação (CFE). Sendo marcada por rigoroso processo de avaliação dos programas, além de alto grau de flexibilidade organizacional, articulada com possibilidades interdisciplinares e financiamento específico. No início existia somente 38 cursos instalados no país, sendo 11 de doutorado e 27 de mestrado, já em 2008, chegou-se a um total de 2.588, e, em 2016 havia 5515 cursos (2387 de doutorado e 3541 de mestrado). Em 2019 há uma perspectiva maior de projetos para novas cursos (CAPES, 2018).

Cabe lembrar que, 1975 foi o ano em que o governo lançou o Programa de Pós-graduação em Educação, marcado pela expansão do ensino superior e da pós-graduação, exigindo o aumento da formação de quadros no exterior. O retorno desses pesquisadores para o Brasil trouxe – para as universidades e para a pós-graduação – contribuições importantes para a melhoria de qualidade do ensino e da pesquisa, e ainda, desenvolveram-se e foram consolidados diversos grupos de pesquisa (GATTI, 2001 *apud* SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Em 1981, por meio do Decreto nº 86.791 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes é reconhecida como o órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Em seguida, a tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o papel da Capes. Pois, com a nova mudança de governo, em 1995, a Capes passou por uma reestruturação, na qual, foi consolidada como instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Naquele ano, o sistema de pós-graduação ultrapassa a marca dos 1000 cursos de mestrado e dos 600 de doutorado, envolvendo mais de 60 mil alunos (CAPES, 2018).

Para apoiar o processo de avaliação, a Capes utiliza a Plataforma Sucupira, uma importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e serem utilizadas como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Plataforma deve disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a Capes realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica.

Diante disso, este artigo objetiva realizar uma revisão exploratória da literatura sobre a evolução da Pós-Graduação no Brasil bem como alguns pressupostos básicos para avaliação da interface de interação da Plataforma Sucupira, e ainda, realizar uma avaliação de usabilidade da Plataforma Sucupira, os quais são advindos da área de Interação Humano-Computador (IHC).

A IHC visa definir, implementar e validar técnicas de interação inovadoras entre homem e máquina. Neste campo de estudo, são pesquisadas técnicas que facilitam a comunicação entre o computador e o usuário (PPGSI, 2017). Para tanto, são definidos métodos, modelos e diretrizes,

que buscam avaliar a qualidade de um projeto de interface, tanto ao longo do processo de desenvolvimento como quando o software está pronto (PRATES; BARBOSA, 2003).

2 REVISÃO DA LITERATURA

Faz-se necessário abordar o histórico e a evolução da pós-graduação no Brasil, bem como, sua principal agência de fomento, a Capes, além da política que permitiu uma maior democratização do acesso à educação, assim como, o respaldo da legislação vigente para tal; e por fim, a ferramenta específica (Plataforma Sucupira) para gerenciamento das informações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

2.1 HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Apresenta-se o histórico da Capes, o qual se confunde com a própria história da pós-graduação brasileira.

A pós-graduação *Stricto Sensu* brasileira tem seu início relativamente tardio, com a criação da Capes em 1951, como entidade vinculada ao Ministério da Educação, que tem o objetivo de executar a Política Nacional de Pós-graduação (SILVA; CARVALHO, 2007).

Este breve histórico foi retirado, a partir da página principal da CAPES <<http://www.capes.gov.br>>, tendo sido resumido de acordo com as informações mais relevantes ao contexto desta pesquisa.

A partir de 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, surge a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, com o objetivo de: "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país" (BRASIL, 1951).

A industrialização pesada e a complexidade da administração pública exigiram a formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade. Em 1961, a Capes passou a estar subordinada, diretamente à Presidência da República, e no ano de 1965, passa a representar um marco de grande importância para a pós-graduação, pois 27 cursos são classificados no nível de mestrado e 11 no de doutorado, totalizando 38 cursos no país.

Passados 57 anos desde a criação da Capes, o Congresso Nacional aprova a Lei número 11.502/2007, que cria a Nova Capes, onde, além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro, a instituição passa a assumir a função de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

A Capes assume as disposições do decreto, por meio da criação de duas novas diretorias: a diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) e a diretoria de Educação a Distância (DED). Com menos de dois anos da mudança em sua estrutura, a Capes passa a desenvolver diversas ações de acordo com a nova missão, tais como, a implementação de uma série de programas que visam contribuir para o aprimoramento da qualidade da educação básica e estimular experiências inovadoras e o uso de recursos e tecnologias de comunicação e informação nas modalidades de educação presencial e a distância.

A Capes faz o acompanhamento anual de dados gerados por cada curso ou programa - COLETA - e a avaliação quadrienal dos programas de mestrado, mestrado profissional e doutorado. Pode-se afirmar, que a pós-graduação é um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro quanto ao nível de qualidade alcançado, devido à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação e, concomitantemente, forma novas gerações de pesquisadores (SEVERINO, 2006).

Com base neste histórico, percebe-se os desafios que se apresentam para a criação e institucionalização da pós-graduação no Brasil, juntamente com os esforços para se ter um sistema de avaliação transparente, que confira credibilidade à agência de regulação e aos Programas de Pós-Graduação. Para tanto, uma alternativa é a informatização, em busca de agilidade, eficiência e transparência, na gestão das informações necessárias a todo processo avaliativo, surgindo a Plataforma Sucupira.

2.2 PLATAFORMA SUCUPIRA

A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. Tal documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira, nos moldes como é, até os dias de hoje (CAPES, 2014).

Nos últimos seis anos houve um crescimento de 50% dos cursos no país, o que poderia acarretar um obstáculo na visualização do contexto das informações. Para que os programas de pós-graduação tenham maior facilidade e simplicidade no processo de coleta e envio das informações, a Plataforma permite que as informações dos programas de pós-graduação brasileiros sejam publicamente acessíveis e que os esforços se tornem visíveis. (CAPES, 2014).

Além de possibilitar essa visibilidade imediata das informações da instituição, um sistema que reúne dados e informações pertinentes a esse cenário, conduz a uma maior agilidade no processo de solicitações e comunicação junto à Capes, por meio do envio dessas informações, continuamente e em tempo real, ao longo dos anos e com a possibilidade de integração com sistemas de registro acadêmico corporativos. Além da transparência, a Plataforma pretende reduzir

o tempo, esforços e imprecisões na execução de avaliação do SNPG, promover maior facilidade no acompanhamento da avaliação, gerar maior confiabilidade, precisão e segurança das informações, além de permitir controle gerencial mais eficiente. Um dos grandes avanços do sistema, é ser uma plataforma única integrada com um único banco de dados (CAPES, 2014).

Contudo, busca-se a percepção do usuário da Plataforma Sucupira, seu nível de satisfação com a mesma. Portanto, segue-se à apresentação de conceitos principais da Interação Humano-Computador e da usabilidade.

2.3 INTERAÇÃO HUMANO COMPUTADOR

A IHC visa definir, implementar e validar técnicas de interação inovadoras entre homem e máquina. Pretende avaliar a usabilidade da interação dos usuários com a plataforma, que deve ser submetida a testes de avaliação de usabilidade para determinar os possíveis níveis de satisfação, eficiência e eficácia, durante a interação com o usuário (PPGSI, 2017).

A literatura apresenta diferentes tipos de testes com vários avaliadores, realizando diferentes tipos de funções, de levantamentos de dados e relevância. Contudo, cabe destacar a Usabilidade: a Usabilidade é a qualidade que caracteriza o uso de um sistema interativo (CYBIS, BETIOL e FAUST, 2015).

Rocha e Baranauskas (2003) definem IHC como a área preocupada com *design*, avaliação e implementação de sistemas computacionais interativos para uso humano, e, ainda, com o estudo dos principais fenômenos subjacentes a eles. A usabilidade é caracterizada por definir a facilidade com que as pessoas podem empregar uma ferramenta, a fim de realizar suas tarefas, priorizando o usuário.

Segundo a ISO (*International Organization for Standardization*), usabilidade é a medida pela qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto de uso específico (ISO 9241-11). Pode-se identificar a estrutura de eficácia, eficiência e satisfação segundo a ISO 9241-11. Segundo esta norma, a usabilidade e outros compostos utilizam as seguintes definições:

- Usabilidade—Medida, na qual um produto pode ser usado por usuários específicos, para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação, em um contexto específico de uso.
- Eficácia—grau de precisão e de abrangência obtidos pelo usuário na interação com o sistema, visando atingir seus objetivos.
- Eficiência—proporção de recursos (tempo, mentais, físicos, operacionais, ambientais, hardware e software) empregados para que o usuário chegue a seus objetivos (eficácia).

Essas definições são esclarecidas por Cybis, Betiol e Faust (2007), da seguinte forma:

- Eficiência - qualidade de esforço necessário para chegar a um determinado objetivo. Propõe a realização da tarefa com o menor esforço possível.
- Satisfação - refere-se ao grau de conforto e de reação favorável do usuário no uso do sistema, sendo talvez, o aspecto da usabilidade mais difícil de medir e quantificar, devido aos seus fatores subjetivos.
- Usuário – Pessoa que interage com o produto.
- Objetivo – Resultado pretendido.
- Tarefa – Conjunto de ações necessárias para alcançar um objetivo.

Para avaliar a usabilidade de um sistema, deve-se considerar o grau de interação entre o usuário, a tarefa que deve ser executada, a interface que permite a interação entre usuário e sistema, o equipamento que hospeda o sistema e qualquer outra propriedade que integra o ambiente que está inserido, assim como a instalação e a manutenção do sistema. A usabilidade é qualidade que caracteriza o uso de um sistema interativo, isto quer dizer, que devem ser consideradas as observações e ponderações feitas pelos usuários (FERREIRA; NUNES, 2008).

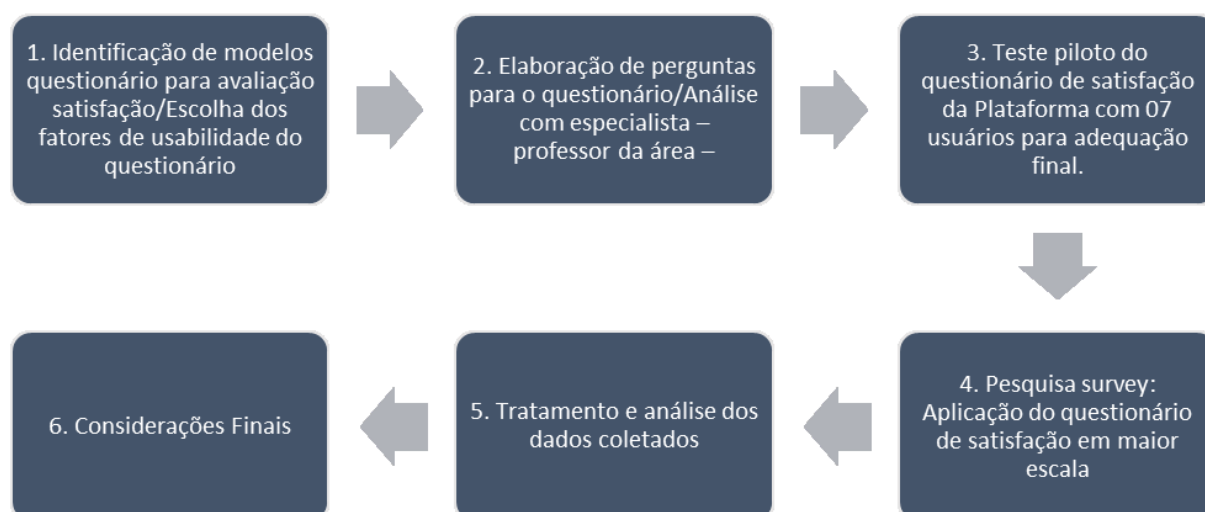
E ainda, para os mesmos autores, embora a usabilidade seja fundamental no processo de planejamento e desenvolvimento de um software, muitos profissionais costumam deixá-la em segundo plano. Porém, a usabilidade é desejada pelo cliente/usuário, que utiliza a plataforma diariamente. Seja na facilidade de acesso à informação desejada, seja na simplicidade dos comandos de um software, a usabilidade precisa estar presente em todas as ações executadas pelo usuário.

3 METODOLOGIA

Quanto à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva (GIL, 2010).

Busca-se informações relevantes sobre a evolução da Pós-graduação no Brasil, bem como alguns pressupostos básicos adotados pela IHC, já que o objetivo do artigo é realizar uma revisão exploratória da literatura e realizar avaliação de usabilidade da Plataforma Sucupira.

O delineamento metodológico para realizar a pesquisa de satisfação junto aos usuários, da Plataforma Sucupira, seguiu – resumidamente – as etapas representadas na Figura 1:

Figura 1 - Fluxograma referente às etapas da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

1. Partiu-se da literatura para identificação de modelos de questionários, tendo sido adotado os 05 fatores de usabilidade do questionário SUMI (2011);
2. Elaboração de perguntas para o questionário de satisfação, realizando possíveis adaptações para atender as peculiaridades da Plataforma Sucupira;
3. O teste piloto teve como objetivo fazer adequação final do questionário;
4. Foram convidados a responder o questionário (pesquisa *survey*), os 85 (oitenta e cinco) cursos de Pós-Graduação, constituídos na UFSC, e obteve-se 31 (trinta e um) respondentes. Como se trata de um estudo exploratório, considerou-se suficiente;
5. Tratamento e análise dos dados via apresentação de gráficos e tabelas;
6. Apresentação das considerações finais com sugestões de trabalhos futuros.

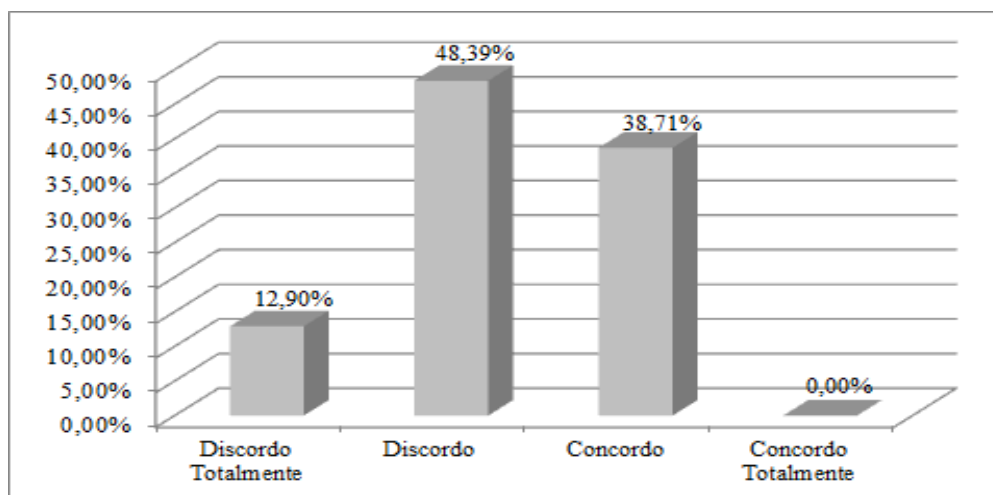
4 RESULTADOS

Um dos objetivos desta pesquisa é realizar uma revisão de literatura exploratória, em busca das principais temáticas relativas ao objetivo do artigo, quais sejam: pós-graduação no Brasil, plataforma Sucupira e Interação Humano-Computador. Logo, os resultados são o próprio levantamento de literatura, ou seja, a fundamentação teórica apresentada nas seções anteriores.

A partir do resultado do questionário de satisfação, aplicado aos coordenadores, técnicos administrativos e bolsistas dos Programas de Pós-Graduação da UFSC, apresenta-se um recorte dos resultados obtidos, por meio do teste de Usabilidade da Plataforma Sucupira.

Quanto fator “gosto”, item “Sinto-me realizado ao fazer a coleta/envio anual de dados” (Figura 2): 61,29% dos respondentes (soma de Discordam Totalmente com Discordam) não estão satisfeitos ao utilizarem a Plataforma para fazer a coleta/envio anual das informações à CAPES.

Figura 2 - Sinto-me satisfeito ao fazer a coleta/envio anual de dados

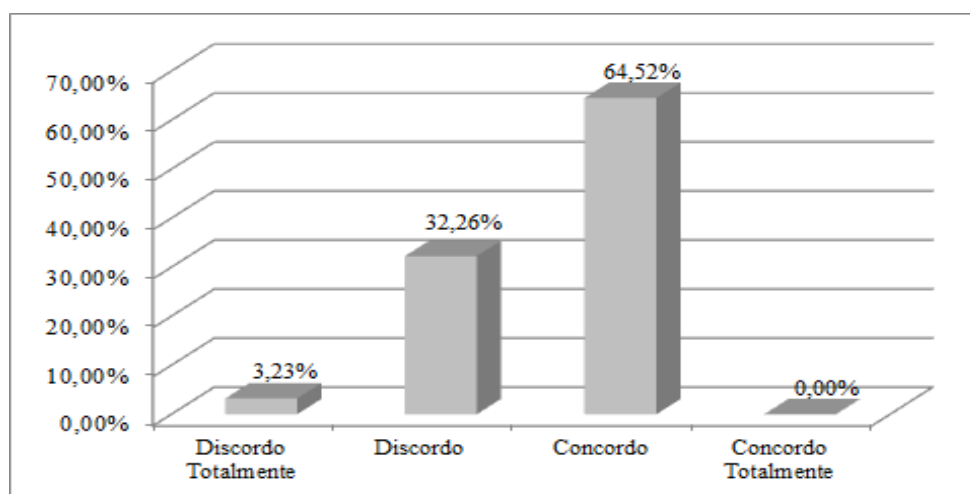


Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, no momento considerado de maior importância pelos Programas, que é o envio anual das informações à Capes, a partir do qual se avaliará os programas, ao completarem o quadriênio, percebe-se que os respondentes não demonstram estar satisfeitos (Figura 2).

Em relação ao fator “aprendizagem” (Figura 3), os procedimentos de interação, comportam-se de maneira complexa, sendo difíceis de serem compreendidos, para grande parte dos respondentes (64,52%), 32,26% discordam e 3,23% discordam totalmente.

Figura 3 - Procedimentos interação comportam-se maneira complexa



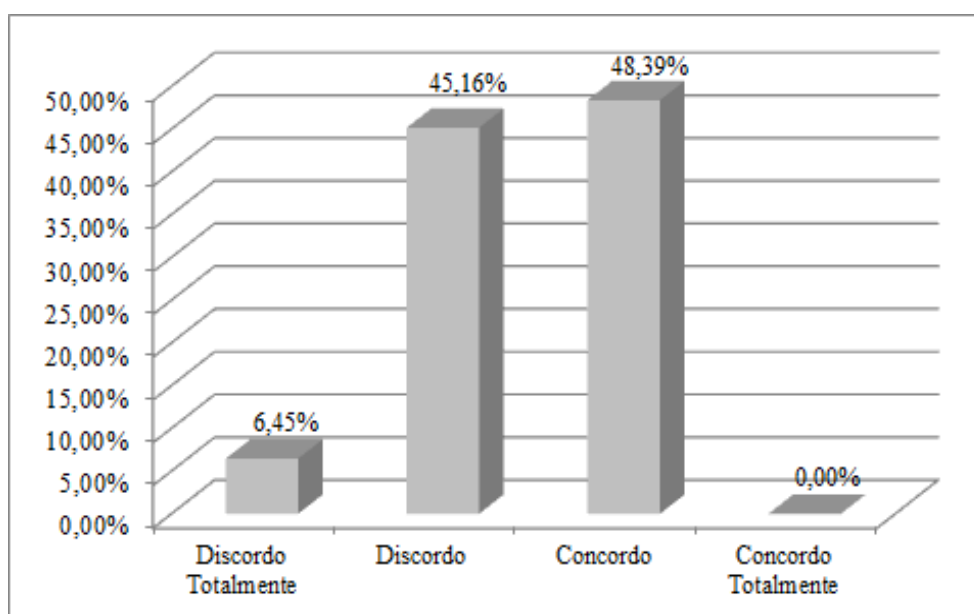
Fonte: Elaborado pelos autores.

Portanto, a maioria dos usuários (64,52%) afirmou que a interface é difícil de ser compreendida (Figura 3), o que pode acarretar uma dificuldade em se familiarizar com a ferramenta, e aumentar a possibilidade de desuso.

A seguir, na Figura 4, ao considerar o fator “eficiência”, no geral, a Plataforma não atende as expectativas dos seus usuários. Pois, a maioria, 51,61% dos respondentes (soma de discorda totalmente com discorda), tende a discordar que obteve a funcionalidade desejada, através de um conjunto mínimo de operações; enquanto, 48,39% concordam ter obtido.

O fator “eficiência” é abordado na Figura 4, e tem como principal objetivo mensurar o quanto a Plataforma Sucupira é eficiente para o trabalho do usuário, estando relacionado ao conceito de “transparência”.

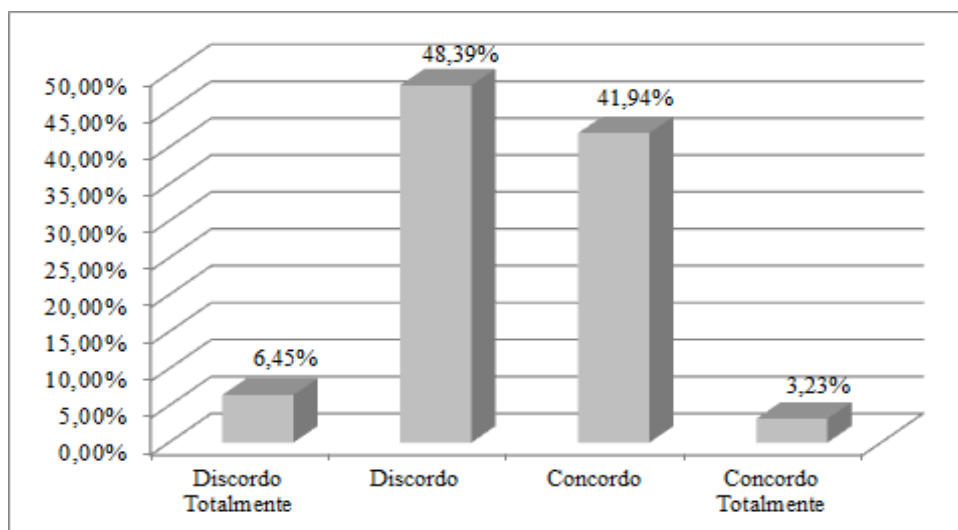
Figura 4 - Funcionalidade via conjunto mínimo de operações



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, tem-se o fator “controle” (Figura 5), em que a maioria dos usuários, 54,84% (soma do discorda totalmente e discorda) tendem a discordar quanto ao controle sobre os procedimentos para realização das tarefas. Já, 41,94% concordam e 3,23% concordam totalmente, que dominam tais procedimentos.

Figura 5 - Sinto que domino os procedimentos para as tarefas



Fonte: Elaborado pelos autores

Referente ao fator “controle”, os usuários da Plataforma Sucupira demonstram que não controlam a execução de suas tarefas (Figura 5), o que dificulta a fluidez do manejo da plataforma. Essa sensação de falta de controle, por parte dos usuários, pode ser amenizada com treinamentos, bem como, implementando melhorias na Plataforma, que retornem ao usuário informações pertinentes ao andamento da rotina, que estão desempenhando.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do artigo foi realizar uma revisão exploratória da literatura sobre a evolução da Pós-Graduação no Brasil, bem como alguns pressupostos básicos adotados para avaliação da interface de interação de sistemas informatizados, advindos da IHC e realizar avaliação de usabilidade da Plataforma Sucupira.

Portanto, foram abordadas – na seção de revisão de literatura – desde temas relativos à história e evolução da Pós-Graduação no Brasil, até pressupostos necessários para avaliação de uma plataforma digital. Essa relação é necessária para contextualização do tema em estudo e demonstrar sua relevância.

Sendo assim, o levantamento de literatura confirmou que a temática está em evidência; afinal, há uma demanda crescente por cursos de Pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. A partir dos resultados apresentados, recomenda-se que a Plataforma Sucupira busque atualizações para disponibilizar informações aos usuários, com vistas a fluidez de sua utilização.

Quanto à avaliação da usabilidade, a partir dos usuários, recomenda-se que a Plataforma Sucupira, tenha uma melhor integração com os sistemas acadêmicos das universidades para evitar

assim, a duplicação de informações. Outro ponto de melhoria diz respeito à integração com o Lattes (currículo vitae do pesquisador), e com o Controle Acadêmico da Pós-Graduação – CAPG, para assim, facilitar os lançamentos das disciplinas do período letivo; e ainda, implementar melhorias nos relatórios gerados.

Outra recomendação seria que, as caixas de textos deveriam ter opções para seleção e não, apenas aparecerem em branco, para preenchimento pelo usuário. Finalizando as recomendações, deveria ser permitido salvar a produção intelectual dos docentes e discentes, mesmo com informações incompletas – pontos de melhoria identificados pelos usuários na questão aberta, que possibilitou livre manifestação quanto a sugestões de melhoria.

É possível concluir que, apesar da interface apresentar problemas de usabilidade, a Plataforma Sucupira auxilia a gestão dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, pois mesmo diante das dificuldades apontadas, constitui-se em uma ferramenta para gestão das informações entre os Programas e sua agência reguladora, em busca de credibilidade no sistema de avaliação.

Por fim, conclui-se que, somente com um *stricto sensu* fortalecido, atrelado a um sistema de avaliação que demonstre credibilidade, será possível melhorar a reputação dos Programas de Pós-Graduação brasileiros e, conseqüentemente, a imagem de todo o sistema, inclusive, de pesquisadores e cientistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho de Educação Superior. Parecer n.977, de 03 de dezembro de 1965. **Definição dos cursos de pós-graduação.** Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. **Decreto Nº 29.741** de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, Senado Federal. Diário Oficial, Brasília, Df, 13 jul 1951.Seção 1, p.10425. Acesso em 10 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CAPES. **Capes lança Plataforma Sucupira para gestão da pós-graduação.** 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6810-capes-lanca-plataformasucupira-para-gestao-dapos-graduacao>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. **História e missão**. 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

CAPES. **O que é a Plataforma Sucupira?** 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

CIRANI, C. B. S CAMPANARIO, M. de A.; SILVA, H. H. M. da. **A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/14144077-aval-20-01-00163.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CIRANI, Cl. B. S.; SILVA, H. H. M. da; CAMPANARIO, M. de A. **A evolução do ensino da pós-graduação estrito senso em administração no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v16n6/a02v16n6.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CYBIS, W. de A.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. **Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações**. São Paulo (SP): Novatec, 2007.

CYBIS, W. de A.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. **Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações**. 2015.

FERREIRA, S. B. L.; NUNES, R. R. **e-Usabilidade**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Ergonomic requirements for office work with visual display terminals (VDTs).

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 9241-11. **Requisitos ergonômicos para trabalhos de escritório com terminais de visualização (VDTs) - Parte 11: Orientação sobre usabilidade**. 1998. Disponível em <<https://www.iso.org/standard/16883.html>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

PPGSI, **Programa de Pós-graduação em Sistemas de Interação Humano Computador**. 2017. Disponível em: <<http://ppgsi.each.usp.br/interacao-humanocomputador/>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

PRATES, R. O.; BARBOSA, S. D. J. **Avaliação de Interfaces de Usuário – Conceitos e Métodos**. 2003. Disponível em: <http://homepages.dcc.ufmg.br/~rprates/ge_vis/cap6_vfinal.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ROCHA, H. V. da; BARANAUSKAS, M. C. C. **Design e avaliação de interfaces humano-computador**. Campinas: Unicamp, 2003.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. **A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SEVERINO, A. J. **Questões epistemológicas da pesquisa sobre a prática docente**. XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife: ENDIPE, 2006.

SILVA, M. O. S.; CARVALHO, D. B. B. A. pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço social brasileiro. **Revista brasileira de pós-graduação**. p.192-216. 2007.

SUMI. **What is SUMI?** 2011. Disponível em:<<http://sumi.uxp.ie/about/whatis.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.